



ATA DA 7ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Dia: 25/1/2011

Hora: 14:00

Local: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego – Av. Presidente Antonio Carlos, 251, 12º andar, Rio de Janeiro.

Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro do ano de dois mil e onze, no auditório da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Rio de Janeiro, reuniu-se a Plenária do Fórum Estadual da Aprendizagem Profissional para a sua Sétima Reunião Ordinária. A sessão foi aberta pela Sra. **Risoleta Bernardes**, representante da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE-RJ), que convidou o Sr. **Marcelo Freitas**, representante da SRTE-RJ, e o Sr. **Ricardo Mello**, representante da Dataprev, para compor a coordenação dos trabalhos, cabendo ao último, também, a elaboração da ata. Em seguida, a Sra. **Risoleta Bernardes**, representante da SRTE-RJ, indagou à Plenária se havia algum reparo à ata da reunião ordinária anterior e, sem manifestação contrária, considerou-a aprovada sem ressalvas. Passando-se ao primeiro item da pauta, a Sra. **Ana Paula Kalec**, representante do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE-RJ), e o Sr. **Ricardo Mello**, representante da Dataprev, elogiaram a apresentação das propostas elaboradas na 1ª Conferência de Aprendizizes do Rio de Janeiro, conduzida por aprendizes na 4ª Reunião Extraordinária realizada em 9 de dezembro de 2010. A Sra. **Ana Paula Kalec**, representante do CIEE-RJ, sugeriu que aprendizes sejam sempre convidados para participação nas sessões do Fórum e propos que um representante desses jovens tenha assento permanente na Coordenação Colegiada. No segundo item da pauta, a Sra. **Risoleta Bernardes**, representante da SRTE-RJ, manifestou sua preocupação com o andamento das conclusões dos grupos de trabalho, no que foi apoiada pelo Sr. **Marcelo Freitas**, representante da SRTE-RJ, que aduziu ter a impressão de que algumas demandas foram artificialmente criadas para a constituição dos grupos de trabalho sem que sejam do real interesse dos participantes do Fórum, uma vez que não chegaram a ser desenvolvidas. A Sra. **Risoleta Bernardes**, representante da SRTE-RJ, informou que o grupo de trabalho de acompanhamento de ações foi dissolvido, tendo em vista os questionamentos que suscitou quanto à legitimidade da participação do Fórum em ações conjuntas com a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego. A Sra. **Heloisa Cruz**, representante da SRTE-RJ, discorreu sobre o grupo que coordena - aprendizes com deficiência - e informou que a página criada para a internet, está pronta e foi feita a custo zero, o que explica, segundo ela, a adequação do ritmo de trabalho do grupo à disponibilidade do analista de

sistemas **Pedro Paulo Ribeiro**, que, como colaborador, desenhou e executou o projeto básico e vai formatá-lo para a rede mundial de computadores. A Sra. **Heloisa Cruz**, representante da SRTE-RJ, concluiu que, em seguida, virá a formatação das facilidades para acessibilidade de pessoas com deficiência auditiva e visual. O Sr. **Alexandre Gaschi**, representante do Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência (IBDD) anunciou que sua instituição iniciará um curso profissionalizante para camareira e recepcionista destinado a pessoas com deficiência e que o IBDD organizará seminário sobre a lei de cotas para pessoas com deficiência, em 29 de abril ou 2 de maio, como parte das comemorações da Semana do Trabalhador, com palestras do economista **Ricardo Henriques**, do procurador federal **Daniel Sarmiento** e da superintendente-adjunta do IBDD **Raphaela Athayde**. O Sr. **Marcio Augusto Marins**, representante da Amorvisa e integrante do grupo que estuda o gerenciamento de informações, informou que o sigilo dos dados dos quantitativos de empregados das empresas está a impedir a conclusão do trabalho de seu grupo. O Sr. **Marcelo Freitas**, representante da SRTE-RJ, explicou que, para que o Fórum possa pleitear a extração de tais informações sigilosas dos bancos de dados da RAIS e do CAGED, é necessário explicitar, ao MTE, que correlação terão esses dados com os objetivos do trabalho. Para ele, antes de buscar a liberação das informações é preciso saber exatamente o que se pretende fazer com elas. O Sr. **Marcio Augusto Marins**, representante da Amorvisa, respondeu que o objetivo é conhecer o potencial de aprendizagem no Estado por atividade econômica, sem identificar as empresas. A Sra. **Fernanda Ventura**, representante do Camp Mangueira, sugeriu que o MTE faça o levantamento desse potencial de vagas para aprendizes em todo o Brasil, por Estado e por setor econômico, e o repasse aos fóruns, lembrando que o Fórum “deve ser palco de participação e compartilhamento e não de disputas”. A Sra. **Risoleta Bernardes**, representante da SRTE-RJ, declarou que vai consultar outros fóruns de aprendizagem profissional nos Estados sobre como estão conduzindo esse levantamento e o Sr. **Marcelo Freitas**, representante da SRTE-RJ, se comprometeu a consultar o MTE em Brasília a respeito da possibilidade de efetuar o levantamento sem revelar dados postos sob sigilo. No item seguinte da pauta, sobre Plano de Ação 2010/2011, a Plenária decidiu que os ajustes serão feitos levando em conta o que foi realizado em 2010. A Sra. **Risoleta Bernardes**, representante da SRTE-RJ, manifestou entendimento de que o grande número de idéias surgidas nas plenárias talvez possa ter prejudicado a efetiva realização de algumas iniciativas. A Sra. **Ana Paula Kalec**, representante do CIEE-RJ, explicou que uma das maiores dificuldades encontradas pelas empresas para cumprir a legislação da aprendizagem é a não existência de entidades qualificadoras na maior parte do Estado e os entraves à constituição de filiais nos municípios, propondo que o Fórum se empenhe pelo fim da exigência de registro de filiais no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ, permitindo, assim, que instituições de outros municípios possam prestar o serviço em qualquer localidade. O Sr. **Ricardo Mello**, representante da Dataprev, explicou que a exigência de CNPJ específico para cada filial está respaldada pela legislação fiscal e tributária e tem relação direta com a arrecadação de impostos municipais, como o Imposto Sobre Serviços (ISS), não cabendo ao Ministério do Trabalho e Emprego qualquer ingerência para suprimi-la por não ser matéria de sua competência. Embora reconhecendo as dificuldades burocráticas para registro de CNPJ de

filiais, o Sr. **Ricardo Mello**, representante da Dataprev, lembrou que a prestação do serviço de qualificação profissional é uma atividade econômica e que, como tal, gera tributos para os municípios e que melhor seria o Fórum estimular a criação de entidades qualificadoras nos próprios municípios, ainda que em parceria operacional com outras instituições, a exemplo do que faz a Rede Pitágoras na área da educação convencional. O Sr. **Alexandre Gaschi**, representante do IBDD, sugeriu que as entidades qualificadoras busquem parcerias com instituições locais para superar o impasse e lembrou o caso da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que deixou de prestar serviços em diversas localidades por esbarrar na mesma exigência de constituição de filiais em cada município. Após debates que envolveram diversos participantes da Plenária, o Sr. **Ricardo Mello**, representante da Dataprev, sugeriu que o Fórum retorne a seu projeto inicial, qual seja o de atuar em duas vertentes principais: divulgar a legislação da aprendizagem, ainda desconhecida de grande parte da sociedade, e solucionar dúvidas de empresas e de entidades qualificadoras, de forma a socializar ao máximo informações e orientações. Para ele, em 2011 o Fórum deverá dar prioridade às ações que obedeçam a esses objetivos iniciais, cabendo à Coordenação Colegiada analisar e definir tais ações. Assim, foi decidido que a próxima sessão, em 29 de março de 2011, será em grande parte dedicada a solucionar dúvidas de entidades e empresas, que, para tal fim, deverão enviar seus questionamentos por mensagem eletrônica ao Fórum até o dia 15 de março de 2011. O Sr. **Marcelo Freitas**, da SRTE-RJ, comprometeu-se a convidar as Sras. **Aline e Paula**, auditoras responsáveis pela fiscalização das cotas de aprendizagem no Estado do Rio de Janeiro, para responder aos questionamentos na Plenária. Para ilustrar uma das ações imediatas do Fórum para 2011, o Sr. **Ricardo Mello**, representante da Dataprev, entregou à Sra. **Risoleta Bernardes**, representante da SRTE-RJ, para análise e remessa ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Rio de Janeiro, a proposta de regulamento que redigiu para o concurso que visa a criação de material informativo (postal publicitário) sobre aprendizagem profissional, a ser organizado por aquela instituição, em parceria com o FEAP-RJ. No quarto item da pauta, ficaram definidas as datas de 29 de março, 31 de maio, 26 de julho, 27 de setembro e 29 de novembro para as reuniões ordinárias do Fórum em 2011. No quinto item da pauta, foi convocada a próxima reunião da Coordenação Colegiada para o dia 8 de fevereiro de 2011. No último item da pauta, em assuntos gerais, o Sr. **Marcelo Freitas**, representante da SRTE-RJ, informou que, até esta data, não há base de cálculo para o salário do aprendiz e discorreu, em seguida, sobre o combate ao trabalho infantil que a SRTE-RJ desenvolve, reportando as dificuldades que esse tipo de fiscalização enfrenta, em geral à noite e em ambiente de risco, e que muitas vezes não se confirmam as denúncias, o que deixa claro que o trabalho infantil só é mencionado para dar maior visibilidade e atrair maior atenção dos auditores para os fatos que o denunciante realmente quer expor. Ainda em assuntos gerais, a Sra. **Ana Paula Kalec**, representante do CIEE-RJ, informou à Plenária que, na atualização do Manual da Aprendizagem divulgada no sítio do MTE na internet, está claramente vedada a efetivação do aprendiz antes do término do seu curso, matéria que havia sido amplamente debatida na 5ª Reunião Plenária do Fórum de setembro de 2010. O Sr. **Marcelo Freitas**, representante da SRTE-RJ, justificou a medida com o argumento de que a efetivação antes do término do curso prejudica o aprendiz, que fica impedido

de receber seu certificado, tornando-se mais um trabalhador sem formação. Por proposição do Sr. **Ricardo Mello**, representante da Dataprev, que lembrou que o mandato de parte da Coordenação Colegiada eleita em abril de 2010 expirará em abril de 2011 e que deverá ser promovida a eleição dos novos coordenadores nos termos previstos no Regimento, foi definido que tal pleito ocorrerá em reunião extraordinária a ser convocada, em princípio, para o dia 12 de abril de 2011. A convite da Sra. **Ana Paula Kalek**, representante do CIEE/RJ, a próxima Plenária do Fórum, marcada para o dia 29 de março de 2011, será realizada no auditório do CIEE, situado na Av. Presidente Vargas, 542, 18º andar, centro, Rio de Janeiro. Na ocasião, a CEACA-Vila apresentará painel sobre o trabalho de aprendizagem que desenvolve. No encerramento, o Sr. **Marcelo Freitas**, representante da SRTE-RJ, informou que solicitará aos responsáveis pela edição do Manual da Aprendizagem a inclusão de orientações específicas para o pagamento do auxílio-alimentação a aprendizes empregados em empresas que se beneficiam dos incentivos fiscais previstos no Programa de Alimentação do Trabalhador e distribuiu aos presentes exemplares da brochura “Assédio Moral e Sexual no Trabalho”, editada pelo Ministério do Trabalho e Emprego. Nada mais havendo a tratar a reunião foi encerrada e eu, **Ricardo Mello**, representante da Dataprev, lavrei a presente Ata. Em anexo segue a lista de presença dos participantes.

Ricardo Mello
Dataprev